

**HABEAS CORPUS Nº 493.859 - SP (2019/0045950-8)**

**RELATOR** : **MINISTRO SEBASTIÃO REIS JÚNIOR**  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**ADVOGADOS** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
GABRIELA GALETTI PIMENTA - SP310845  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO  
**PACIENTE** : ADRIANO JOSE DA SILVA (PRESO)

**DECISÃO**

Trata-se de *habeas corpus* impetrado em benefício de **Adriano José da Silva**, apontando-se como autoridade coatora o Desembargador Relator do Tribunal de Justiça de São Paulo, que indeferiu o pedido liminar nos autos do HC 2004966112019.8.26.0000 lá impetrado.

Verifica-se dos autos que o paciente foi preso em flagrante, como incurso no artigo 157, § 4º, do Código Penal. Alega o impetrante que o decreto de prisão preventiva não indica elementos concretos aptos a justificar a custódia do paciente, sendo certo que o crime em questão foi cometido sem violência ou grave ameaça,

Requer a concessão da ordem para a revogação da prisão.

É o relatório.

Na espécie, aplica-se o enunciado da Súmula n. 691 do STF, observado também por esta Corte, segundo o qual não cabe *habeas corpus* contra indeferimento de pedido liminar em outro *writ*, salvo no caso de flagrante ilegalidade.

Esse posicionamento pode ser afastado apenas em situações excepcionais, se evidenciada dos autos a configuração de flagrante ilegalidade ou abuso de poder, o que não ocorreu no caso em tela.

Ressalto que, na espécie, a prisão está baseada em elementos concretos, visando a manutenção da ordem pública e para coibir a reiteração delitiva (fls. 42/43):

O indiciado possui condenação anterior por crime patrimonial, constando inclusive processo de execução em sua Folha de Antecedentes, além de receber a liberdade provisória por ao menos duas vezes no ano de 2.017, a revelar ser reincidente e possuir maus antecedentes. Assim, a aplicação de medidas cautelares seriam insuficientes para afastá-lo do mundo marginal, autorizando, portanto, a prisão preventiva, nos termos do artigo 313, II, do CPP. O "modus operandi" da conduta criminosa demonstra indisciplina do investigado e total desprezo ao Poder Judiciário Estatal, sendo de rigor a sua manutenção no cárcere para preservação da ordem pública e conveniência da instrução criminal. No mesmo sentido, os péssimos antecedentes criminais evidenciam comportamento antissocial voltado à criminalidade, extrema periculosidade e ousadia na reiteração de práticas criminosas, fatores esses que devem ser considerados pelo Magistrado, visando a credibilidade do Poder Judiciário e a efetiva aplicação da lei penal. Além disso, a prisão preventiva é necessária para garantia da ordem pública, para evitar o cometimento de ainda novos crimes, para conveniência da instrução processual, evitando influências indevidas do investigado no processo, e para assegurar a aplicação da lei penal, tendo em vista a alta probabilidade de fuga, mormente considerando que o investigado não comprovou atividade lícita e residência fixa. Assim, outras medidas cautelares alternativas à prisão seriam inadequadas e inócuas para a reiteração delituosa e circunstâncias do caso concreto.

Ante o exposto, com base no art. 210 do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, indefiro liminarmente o presente *habeas corpus*.

Publique-se.

Brasília, 18 de fevereiro de 2019.

Ministro Sebastião Reis Júnior  
Relator